

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL E O PRECONCEITO QUE SEUS FALANTES ENFRENTAM

ROCHA, Maiane dos Santos.
Curso de Licenciatura em Letras
Centro Universitário Internacional Uninter

CORBANI, Clair Terezinha ¹

Professora Orientadora

RESUMO

A variação linguística é a identidade de um povo. O Brasil é um país rico por obter tantas variantes da língua portuguesa. Porém, os falantes dessas variações sofrem preconceito linguístico. A base desse preconceito se dá pela crença de que só existe uma forma correta de falar, seguindo a seguinte ordem: escola, gramática e dicionário. O que sai desse modelo é considerado errado. Assim, o propósito deste artigo é identificar as diversas variações linguísticas encontradas em nosso país e desmitificar a ideia de que elas fazem parte de um português “errado”. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica com âmbito qualitativo. Nesse estudo bibliográfico, notamos que, apesar de ser comum, o preconceito linguístico é um assunto pouco discutido e, como consequência, dificilmente será abordado em sala de aula. Sabemos que um problema que não é identificado jamais será resolvido. Portanto, a escola deve abordar o preconceito linguístico de forma mais realista, mostrando a riqueza dessa variação no país. Além disso, as próprias famílias devem falar a respeito em casa, para que seus filhos não se caíem ao serem excluídos socialmente por usarem variantes da sua língua.

Palavras-chave: Variação linguística. Preconceito linguístico. Exclusão social. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país diversificado em culturas e costumes. Cada região, estado e povoado tem sua variante da língua portuguesa. No entanto, por não utilizarem a norma culta, seus falantes sofrem preconceito por parte de outros cidadãos de localidades ou estados diferentes; por pessoas com um grau de escolaridade mais alto que teve acesso à norma padrão e faz uso de um português mais culto; e até

¹ Orientadora. Possui graduação em Letras – Inglês, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); Especialização em Magistério da Educação Básica, Interdisciplinaridade na Escola, pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX); Especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA), pelo Centro Universitário Curitiba, (UNICURITIBA); Especialização em Educação a distância com ênfase na formação de tutores, pelas Faculdades São Braz (SÃO BRAZ). Professora do Centro Universitário Internacional UNINTER.

mesmo por conterrâneos seus, os quais foram ensinados que existe somente uma língua correta, a norma culta.

Por esta razão, o tema da nossa pesquisa é “A variação linguística no Brasil e o preconceito que seus falantes enfrentam”. É notório que o uso de uma variação linguística considerada inferior pela sociedade desperta avaliações, julgamentos, humilhações, discriminações e, principalmente, exclusão social.

Definimos variação linguística as diferentes formas de falar o idioma de determinado país. Ela é dividida em quatro grupos: sociais (diastráticas), regionais (diatópicas), históricas (diacrônicas) e estilísticas (diafásicas). Neste trabalho, iremos abordar as variações diatópicas, que são aquelas usadas pelos falantes de diferentes regiões do nosso país. Sendo assim, objetivamos responder a seguinte pergunta: Por que um país com grande número de variação linguística é o que mais exclui os falantes dessas variações?

É de grande relevância o estudo deste tema para os estudantes do curso de Letras. Como professores, não deveríamos cometer o erro de limitar nossos alunos à norma culta, nem discriminá-los por utilizarem uma palavra diferente do comum para expressar sua opinião. Precisamos ter em mente que na língua portuguesa não há certo ou errado, mas sim, o adequado e o inadequado, representados pela norma culta, aquela que mais se aproxima da norma padrão, e norma coloquial, a linguagem mais informal.

Vivemos em um país rico em variação linguística e regionalismos, mas também vivemos em uma sociedade preconceituosa, onde a maneira de falar pode criar uma imensa barreira entre as pessoas. Por esta razão, neste artigo iremos entender a distinção entre estas duas linguagens: culta e coloquial; reconhecer as variações linguísticas do Brasil em qualquer contexto social que estejamos inseridos; compreender a importância da variação linguística para o estudo da língua portuguesa e abordar o preconceito linguístico.

Em sala de aula, precisamos levar o aluno a entender que há situações em que a norma culta é mais adequada e outras em que é mais viável utilizar uma linguagem mais coloquial. Sendo que, se a mensagem foi compreendida, a comunicação foi eficaz, independente da variação utilizada para isso.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Em termos saussurianos, a linguagem tem um lado social chamado de língua e um lado individual chamado de fala. Segundo Saussure, a língua é homogênea e pertence a todos os falantes em geral, já a fala é de natureza heterogênea e individual. Assim, em um país como o Brasil, com grande diversidade cultural e diferenças sociais, a fala tem também sua pluralidade. A nossa língua é a mesma, porém, a fala é diversificada (GOMES, 2007).

Temos a língua portuguesa como uma entidade social que todos nós, brasileiros, adquirimos como falantes nativos e que a nós pertence, como nos pertence a identidade de sermos brasileiros. É essa identidade que nos faz cidadãos de pleno direito neste país. Contudo, num país de dimensões continentais, com uma rica diversidade cultural, mas com enormes diferenças sociais, os falares se realizam de formas também plurais. A língua que falamos é a mesma, isto é, todos nós usamos o mesmo sistema linguístico chamado português brasileiro. A fala de cada um de nós, no entanto, é diversificada, individualizada, heterogênea (GOMES, 2007, p. 65).

Dessa forma, percebemos como as pessoas estão erradas ao afirmarem que nós, brasileiros, falamos a mesma língua. Isso está incorreto, pois no Brasil existem vários dialetos e uma imensa variedade linguística. Aqui entra a sociolinguística, que tem como função nos ajudar a compreender a língua através de sua relação com a sociedade, de como ela varia de acordo com o local e o contexto que o seu falante está inserido. Ou seja, a língua está ligada a seus usuários que são capazes de alterá-la por receberem influências de outras culturas. Dessa forma, é preciso ficar claro que “as línguas servem para a comunicação; as línguas estão estreitamente ligadas aos seus usuários; as línguas variam; as línguas mudam (GOMES, 2007, p. 66).

As variedades do português brasileiro acontecem por causa do conjunto de variedades linguísticas possuídas no nosso país. A pronúncia, por exemplo, que determinadas letras têm em algumas palavras depende da localidade em que elas são faladas. A isso, de acordo com Gomes (2007), chamamos de variação fonética.

Há várias diferenças de linguagem que geram a variação linguística entre falantes, como a faixa etária, a diferença social e o sexo. A fala dos jovens, por exemplo, tem como característica a gíria específica da idade e da época (já que ela sofre modificações com o tempo). Quando se trata da fala de acordo com o sexo da pessoa, a da mulher sofre um tipo de preconceito já que, segundo pesquisas, a mulher fala de forma mais fraca e insegura, traduzindo o sexo frágil. Além disso, as

variações dependem ainda do lugar em que vive o falante, da sua posição na sociedade e até mesmo da sua profissão (GOMES, 2007).

As pessoas, em geral, têm formas diferentes de falar, isto é, vocabulário diferente, estrutura gramatical diferente e até ritmo de fala diferente, dependendo, principalmente, da formalidade da situação. [...] Essas variedades dependem de uma convenção social, ou seja, existem expectativas quanto à forma de falar das pessoas em determinada situação e, quando essa expectativa não é atendida, existe algum tipo de conflito entre os interlocutores, seja por uma repreensão ou apenas um franzido na testa (GOMES, 2007, p. 74).

Compreendemos, portanto que “a norma, segundo a definição de Coseriu, refere-se à convenção estabelecida por uma comunidade através do uso” (GOMES, 2007, p.79). Assim, quando se criam as gramáticas, é feita uma sistematização de uma norma linguística para preservar a língua, porém, como veremos adiante, tal sistematização é realizada de forma inadequada. Primeiro é eleita uma variedade linguística considerada a “melhor” e dessa variedade cria-se uma norma explícita. Essa norma é eleita como padrão e qualquer outra que se diferencie dela é considerada “errada”.

Tendo em mente que a variação linguística é a identidade e a singularidade de um povo, o que o faz especial, iremos focar agora em uma variação em particular: a variação diatópica. Também conhecida como variação regional ou geográfica, a variação diatópica ocorre devido as diferenças regionais (dialetos) dos seus falantes. Ela pode ser associada também a aspectos sociais, o que duplica o preconceito relacionado a esse tipo de variação, principalmente aqueles disseminados pela mídia.

As variações diatópicas ou regionais, especialmente as nordestinas, têm sido bastante utilizadas em novelas e programas humorísticos da televisão, porém, sempre com um sentido conotativo e pejorativo, com exageros que levam esses falares ao ridículo, face à variante padrão ou aos falares do Rio de Janeiro e São Paulo (ARAGÃO, 2010, p. 39).

No Brasil, temos os seguintes dialetos: baiano, brasiliense, caipira, carioca, florianopolitano ou manezinho da ilha, fluminense, gaúcho, mineiro, nordestino central, nortista, paulistano, recifense, serra amazônica, sulista, entre outros. Mussalim e Bentes (2009, p. 34) afirmam que “os falantes adquirem as variedades linguísticas próprias a sua região, a sua classe social etc.”, o que torna possível a mesma palavra ter diferentes formas de pronúncia, às vezes com significados

diferentes, ou o uso de uma ou mais palavras para referir-se a uma mesma coisa, como podemos ver no exemplo abaixo de alguns dialetos regionais encontrados no nosso país.

Tabela 1 – Dialetos Regionais

Abóbora / jerimum	Coberta / lençol
Almôndega / porpeta	Goiaba / araçá
Ata / fruta do conde	Mandioca / macaxeira / aipim
Baba / pelada (jogo de futebol)	Menino/ guri
Bergamota / tangerina / mexerica	Pão de sal / pão francês / pão cassetinho
Biscoito / bolacha / galheta	Salsicha / vina
Bruguelo / bebê	Coberta / lençol
Cabreiro / desconfiado	Goiaba / araçá

Fonte: criado pela autora

Assim, é possível perceber que as variações linguísticas estão presentes nas comunicações verbais das pessoas, em diferentes partes do Brasil; elas ocorrem por fortes influências do contexto regional em que estão inseridas. Por essa razão a variação linguística é tão importante para seu falante, pois faz parte de quem ele é.

As variedades linguísticas utilizadas pelos participantes das situações devem corresponder às expectativas sociais convencionais: o falante que não atender às convenções pode receber algum tipo de “punição”, representada, por exemplo, por um franzir de sobrancelhas (MUSSALIM E BENTES, 2009, p. 37).

O falante de determinada variação sente-se isolado dependendo do meio em que esteja, por isso, há sensação de bem-estar em rever amigos de infância e familiares em datas comemorativas, pois assim poderá usar sua língua materna sem rótulos e opressão. A comunicação verbal é o meio mais utilizado entre os indivíduos, no entanto, é inevitável não ocorrer um conflito interno entre o uso da norma padrão e a variação linguística.

Assim, é necessário que essa tendência de menosprezar as variantes regionais e populares seja detida e isto tem que ser feito a partir de um maior conhecimento linguístico dessas variações por parte de pessoas detentoras de certa influência nos meios de comunicação de massa ou dos professores

do ensino Fundamental e Médio, que têm uma faixa bastante forte de atuação na comunidade, através de seus alunos (ARAGÃO, 2010, p. 39).

Diante de tudo isso, o papel do professor é muito difícil, pois os pais dos alunos estão sempre cobrando o ensino da gramática através de regras. Por isso, é necessária uma proposta de ensino baseada em reflexões sobre a língua, destacando de que maneira os alunos devem usá-las dependendo da situação e do contexto. O professor precisa compreender (e mostrar aos seus alunos) que a língua tem diferentes formas de uso e que é preciso aprendê-las. Vamos entender mais sobre a relação entre variedade linguística e ensino na seção a seguir.

2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO

Sabemos que a comunicação verbal é a forma mais utilizada entre os seres humanos para expor seus pensamentos e sentimentos. Esta comunicação ocorre várias vezes ao dia e entre diversas pessoas diferentes. Por esta razão, a linguagem falada não é padronizada, pois está em constante adaptação e transformação. Portanto, a escrita não pode ser considerada uma representação exata da língua. Ela é apenas uma tentativa de representação, pois não há ortografia que possa precisar a fala de uma determinada língua.

É importante entendermos que mesmo que a linguagem utilizada não seja considerada adequada para determinada situação, mas leva o interlocutor a compreender a mensagem, a comunicação foi eficaz. Sendo assim, por qual razão é importante estudar a norma padrão na escola?

Na escola se ensina o uso das modalidades oral e escrita da linguagem em instâncias públicas e, junto com ele, a chamada variedade linguística padrão. A criança chega à escola já sabendo usar a linguagem em diferentes situações, evidenciando o conhecimento das regras de uso da língua em instâncias privadas. E vai buscar aprender a falar, a ler e a escrever, a partir desse conhecimento que já possui, em outras situações que requerem o domínio da chamada língua padrão. Na escola, então, ela terá oportunidade de desenvolver a sua competência discursiva (MARINHO; VAL, 2006, p.9).

A norma culta rege o idioma do nosso país, unificando a língua. Seria muito confuso estudarmos um livro didático onde seu autor fosse morador da região Nordeste de nosso país e o leitor um estudante do Sudeste. Sabemos que as

variações linguísticas do Nordeste são diferentes das do Sudeste, e por isso, claramente, a comunicação não seria eficaz. De acordo com Valle (2013, p. 26), “toda língua apresenta um padrão culto, isto é, uma modalidade cujas regras mais se aproximam das que estão descritas na gramática normativa”.

Para o ensino da norma padrão tornar-se eficaz, o educador não necessita anular a variação linguística, ela é tão importante quanto à norma culta para educação dos alunos. É preciso ter respeito por cada história linguística representada por eles, mas normalmente o que ocorre por parte dos professores é esquecer-se de trabalhar a variação linguística ou trabalhá-la de maneira incorreta. A gramática tradicional impõe uma língua homogênea e estável, enquanto a linguística a reconhece como heterogênea, mutável e variável, adaptando-se ao falante e à sua identidade.

Muitos estudantes do Brasil são discriminados em sala de aula, transformando-se em motivos de zombaria, por usarem um determinado dialeto linguístico para se comunicarem. Muitas vezes, os professores, em sua formação, não são orientados que a variação linguística deve ser respeitada e trabalhada em sala de aula positivamente. A solução para que ocorra uma concordância no ensino da variação linguística e da norma culta está na formação do educador de língua portuguesa e do pedagogo.

[...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolinguísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, 2002, p. 134).

A língua utilizada pelos alunos é a língua que eles aprenderam desde o nascimento. Ela é seu instrumento básico de sobrevivência, podendo ser um grito de socorro mais eficaz que uma mensagem escrita. Bagno considera a língua escrita um método artificial da língua falada. Segundo o autor, a língua escrita “[...] exige treinamento, memorização, exercício, e obedecer a regras fixas de tendência conservadora, além de ser uma representação não exaustiva da língua falada” (BAGNO, 2007, p. 82).

O PCN de língua portuguesa aborda claramente a importância de se trabalhar a variação linguística em sala de aula, pois assim os alunos desenvolverão respeito ao próximo e darão fim ao mito de que existe apenas uma forma correta de falar

(BRASIL, 1998). Antes da democratização do ensino no Brasil, a obrigatoriedade do acesso à escola, os discentes e docentes eram pessoas que obtinham fácil acesso aos livros e à língua estrangeira, eram “falantes das variedades linguísticas urbanas, muito influenciadas pela cultura da escrita pelo policiamento linguístico” (BAGNO, 2007, p. 32).

Em 1960, o quadro de docentes e discentes mudou. Passaram a frequentar a escola pessoas da zona rural, de favelas, da classe pobre e desprovidas do policiamento linguístico. Foi quando surgiu a expressão que diz que o ensino da escola pública já foi de qualidade, expressão que usamos atualmente sem ao menos sabermos o real motivo dela. Por trás dessa expressão, fica claro que julgam que as pessoas menos favorecidas da sociedade, os pobres, mancharam o ensino, pois a variação linguística não entrava nos planos de ensino, e, depois disso, elas adentraram as portas das salas de aulas. Os professores não estavam preparados para isso, então se afastaram, dando lugar para que novos professores surgissem. Assim, as escolas receberam professores crescidos na zona rural, na favela, e conseqüentemente, falantes de variação linguística.

No início dos anos 80, o ensino de língua portuguesa sofreu várias críticas concernentes, entre outras coisas, à “excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção” e à “excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão” (BRASIL, 1998, p. 18). Com isso, houve um esforço por parte das instâncias públicas oficiais de revisar a forma como as práticas de ensino da língua estavam sendo aplicadas. Assim, caminhou-se para uma

[...] resignificação da noção de erro, para a admissão das variedades linguísticas próprias dos alunos, muitas delas marcadas pelo estigma social, e para a valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem e para o trabalho com textos reais, ao invés de textos especialmente construídos para o aprendizado da escrita (BRASIL, 1998, p. 18).

Hoje o ensino de língua portuguesa mudou muito, mas ainda temos um longo caminho a percorrer no que diz respeito à inclusão da variante linguística do aluno em sala de aula. Pois, muitos professores ainda possuem uma postura corretiva e preconceituosa em relação às normas que fogem no padrão linguístico. Por isso, é

sempre necessário lembrarmos que a língua materna do povo brasileiro não é a norma culta, mas sim a variação linguística.

2.2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: A IDENTIDADE DE UM POVO

Os diferentes usos do português constituem uma característica marcante do nosso idioma. Ainda que muitas pessoas considerem essa diferença como uma deficiência, algo que deve ser consertado, o avanço dos estudos linguísticos desmitifica essa visão, mostrando que, na verdade, essas opiniões não passam de preconceito linguístico para com os falantes dessas variações (MARINHO, VAL, 2006). Por isso, é importante salientar que

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades (BRASIL, 1998, p. 29).

A língua de cada país é considerada uma continuação histórica, isso ocorre porque cada família deixa como legado para seus descendentes o domínio de uma língua em particular. Os falantes adquirem as variações linguísticas próprias desde o nascimento, em seu primeiro contato com a língua materna. Como resultado de nossos relacionamentos, criamos nossa própria variação da língua portuguesa, ou seja, cada indivíduo tem uma variação singular da sua língua. Mas, apesar de aprendermos a língua materna em casa, com familiares, segundo Valle (2013, p. 26), “nem mesmo as pessoas que moram juntas há anos apresentam a mesma linguagem”. Compreendemos, portanto, que

Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (BRASIL, 1998, p. 29).

As variações acontecem, pois a língua tem capacidade de se adaptar e se transformar, por isso não podemos limitá-la. Desde o início da vida estudantil, nas séries iniciais, coloca-se como finalidade de ensino para o aluno que ele aprenda a

falar e escrever corretamente. Mas o que podemos considerar “correto” quando falamos de linguagem?

O uso de uma ou outra forma de expressão depende, sobretudo, de fatores geográficos, socioeconômicos, de faixa etária, de gênero (sexo), da relação estabelecida entre os falantes e do contexto de fala. A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua (BRASIL, 1998, p. 29).

É necessário ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, pois os alunos precisam ter contato com a norma padrão, uma vez que “toda língua apresenta um padrão culto, isto é, uma modalidade cujas regras mais se aproximam das que estão descritas na gramática normativa” (VALLE, 2013, p. 26). No entanto, não devemos fazer isso criando uma língua portuguesa artificial. As variações fazem parte da história social e cultural de cada região do nosso Brasil, não podemos tratar a bagagem que o aluno leva para sala de aula como algo inútil que ele necessite esquecer. É mais justo e democrático ensiná-lo que, em algumas ocasiões, ele pode sim falar “bassoura” ao invés de “vassoura”, mas que na escrita é necessário usar o termo “vassoura”, para que todos compreendam, não importa de onde sejam.

Alguns fatores influenciam a ocorrência da variação linguística. Há quatro grupos que abrangem essas variações, são eles: sociais (diastráticas), regionais (diatópicas), históricas (diacrônicas) e estilísticas (diafásicas). Neste trabalho, contudo, iremos nos aprofundar na variação diatópica, que incluem os dialetos regionais.

Estas variações fazem parte do contexto histórico de determinada região, é a identidade de um povo que jamais deve ser discriminado por isso. O estudo da língua padrão nas escolas incentiva os estudantes a terem um comportamento linguístico adequado às situações em que estejam inseridos, levando-os a analisarem como devem se portar frente aos usos linguísticos: de maneira formal ou informal. Com isso, eles terão discernimento para corresponderem às expectativas sociais convencionais do ambiente, entendendo como se portar linguisticamente diante de um juiz, de uma entrevista de emprego, em uma mesa de restaurante entre amigos ou em um bate-papo no final da aula, por exemplo.

2.3 VARIAÇÃO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O Brasil é um país diversificado, carregado de histórias e culturas que enriquecem nosso povo, assim como a língua. Esta variedade que forma o Brasil é o que o deixa belo, sendo assim, por qual razão os falantes de variação linguística sofrem preconceitos?

A base do preconceito linguístico se dá pela crença de que só existe uma maneira correta de falar, seguindo a seguinte ordem: escola, gramática e dicionário, o que sai desse modelo é considerado errado. O preconceito linguístico é forte na sociedade pelo fato de parecer invisível. As pessoas não notam quando ele está presente, pois sua classificação se dá ao nível social de seu falante, acreditam que quanto mais pobre for o indivíduo, mais propício em usar variações ele é. O problema que não é reconhecido não pode ser resolvido, assim o preconceito cresce cada vez mais.

Além disso, o preconceito linguístico tem um fator importantíssimo, o fator socioeconômico e a desigualdade social. Por motivos econômicos, muitos brasileiros não possuem acesso à escola, por necessitarem trabalhar desde cedo ou por morarem em locais onde não possuem escolas nas proximidades e não terem como se locomoverem até uma escola mais distante. Por esta razão, surgiu um enorme abismo linguístico entre os falantes das variantes estigmatizadas e os falantes das variantes prestigiadas. Língua é poder, e os falantes das variedades prestigiadas sentem-se superiores, como se fossem melhores que os falantes das variantes estigmatizadas, por terem mais oportunidades.

Paralelo ao preconceito social, está o preconceito regional. Moradores nativos de regiões mais ricas do país demonstram alguma aversão aos sotaques utilizados por moradores das regiões mais pobres do Brasil. Os nordestinos, por exemplo, são alvos frequentes de preconceito, muitos são rotulados de preguiçosos, por falarem de maneira mais arrastada, sem caráter e ignorantes. Para completar o nível de preconceito, temos claramente exposto nos livros didáticos os nordestinos sendo taxados sempre como pobres, analfabetos e que vivem precariamente de doações do governo e de terceiros. Precisamos ter estabelecido que quando se humilha um falante de determinada variante, não se humilha apenas ele, mas sim todo um grupo social, uma cultura.

Nós também “vemos esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é ‘certo’ e o que é ‘errado’” (BAGNO, 2013, p. 21). Bagno pontua muito bem ao citar a mídia como uma das responsáveis desse incentivo ao preconceito linguístico, trabalhando a crítica de maneira cômica que nos induz a achar graça, sem de fato reconhecer o que está por traz disso. De acordo com Gomes (2007),

Esse preconceito é fruto de uma história de prescrição da gramática normativa, que nos acostumou a achar que toda forma diferente das regras gramaticais contidas nos livros que estudamos são "erradas". É fruto de uma tradição de tratamento da língua como um sistema rígido de leis a serem cumpridas, e aquele que não as cumpre é "julgado e condenado" por isso (GOMES, 2007, p. 76-77).

A variação linguística está presente na vida de todo cidadão, seja ele escolarizado ou não. Ela está presente em todos os estados, nas famílias, nos jargões profissionais, no núcleo social das pessoas. Ela faz parte da nossa língua materna, a que aprendemos desde nosso nascimento.

De acordo com Bagno (2015) há oito mitos do preconceito linguístico. O primeiro mito nos chamou muita atenção, pois diz que o português falado no Brasil é homogêneo e traz uma unidade surpreendente. O autor desmitifica esse mito da seguinte maneira:

Com isso também se nega o caráter multilíngue do nosso país, onde são faladas mais de duzentas línguas diferentes, entre línguas indígenas, línguas trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos, línguas surgidas das situações de contato nas extensas zonas de fronteiriças com os países vizinhos, além de falares remanescentes das diversas línguas africanas (BAGNO, 2015, p. 26 e 27).

O mesmo autor também se refere à Língua de sinais, Libras, uma variação de linguística do nosso português. É provado cientificamente que não há um país que possua uma única maneira de falar seu idioma, todas as línguas possuem variantes, pois em toda língua há mais de um falante. Para que ela fosse uniforme teria que ser usada apenas por uma pessoa. Suponhamos que a língua é de fato única, que só há uma maneira de falar, então há muitas pessoas “sem- língua”, por não possuírem acesso à norma padrão, como também estão sem-teto, sem-saúde, sem-alimentação, sem-trabalho, sem-escola (BAGNO, 2015).

O outro lado da moeda do preconceito linguístico é a exclusão social, que é mais comum do que imaginamos. Há muitos serviços que os falantes da variação estigmatizada não podem usar pelo simples fato de não compreenderem a linguagem utilizada. Como exemplo disso, temos a nossa Constituição. Sua linguagem deveria ser universal e de fácil compreensão para escolarizados e não escolarizados.

Notamos também a exclusão numa entrevista de emprego, quando o candidato é dispensado por usar determinada variação. O entrevistado faz parte de um grupo social e tem sua própria bagagem cultural, ao ser rejeitado e discriminado, estão discriminando todo um povo. O fato é que não deveria ser necessário um indivíduo ocultar sua identidade linguística para ser aceito em qualquer situação. Sobre isso, Gomes (2007) afirma que

Primeiro, elege-se uma variedade linguística, aquela considerada "a melhor, mais pura e mais bela", e cria-se uma norma explícita, que se refere a apenas um dos possíveis usos, que se sobrepõem às normas implícitas, relativas a todos os outros usos. Essa norma, eleita como padrão, passa a ser prescrita como a forma "correta" de usar a língua. Acontece que a gramática normativa nos apresenta regras que nunca são utilizadas em território brasileiro, que não representam a língua que efetivamente usamos aqui. O descumprimento dessas regras passa a ser considerado "erro de português", mesmo que seja a forma corrente no nosso sistema (GOMES, 2007, p. 80).

Tal preconceito é decorrente do ensino da gramática normativa que tivemos, em que nos acostumamos a achar que toda forma gramatical diferente das apresentadas nos livros é errada. Só que essa concepção de certo e errado não convém, pois o que certo hoje pode não ser amanhã. Ou seja, se tratando da nossa fala, não existe o errado, existe o diferente. No entanto, para alguns professores, é mais cômodo pensar que a língua é algo concluído, que evoluiu aos longos dos anos e já chegou à conclusão final. Acreditar nisso é mais tranquilizador, porém, é um grande equívoco. A língua portuguesa é mutável, flexível e heterogênea.

Muitos educadores já notaram o preconceito linguístico existente até mesmo em obras literárias, na nossa gramática e em livros didáticos. Eles foram alertados por debates, leituras científicas e conferências, porém não encontram material impresso suficiente para complementar à maneira de abordar determinado conteúdo. O professor é a ponte para mudança de atitude em relação ao preconceito linguístico. Bagno (2015, p. 166) declara que "em vez de repetir alguma coisa, o professor

deveria refletir sobre ela”, portanto, não devemos limitar nosso magistério em transmitir o que nos está sendo proposto sem refletir criticamente sobre isso.

2.4 METODOLOGIA

Para a construção desse artigo realizamos uma pesquisa bibliográfica com âmbito qualitativo. Analisamos material impresso, livros, teses, dissertações e utilizamos sites e jornais virtuais que abordam o preconceito linguístico, a variação linguística e a norma padrão da língua.

Segundo Gil (2002, p. 34), pesquisas bibliográficas nos dão vantagem no aspecto de coleta de dados, pois permite “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Porém, é necessária muita atenção para averiguar se de fato o material analisado é confiável, os dados por si nada dizem, é preciso interpretação e uma sequência lógica de ideias.

Lakatos e Marconi (1992) afirmam que para desenvolver a interpretação do tema trabalhado é necessária comprovação ou refutação das ideias expostas, que só podem ocorrer com base em coleta de dados. Assim, buscamos seguir os requisitos para pesquisa bibliográfica, trabalhando também com uma obra base, a qual direcionou toda nossa pesquisa: “Preconceito Linguístico”, de Marcos Bagno, que aborda o nosso tema de maneira cuidadosa e detalhada, nos enriquecendo de conhecimento e autonomia no assunto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo foi enriquecedor e de grande importância para nossa vida pessoal e profissional. Todo profissional de educação, não somente os professores, deveriam ter conhecimento sobre variação linguística e preconceito linguístico, pois isso certamente auxiliariam os alunos, que muitas vezes são vítimas desse preconceito no ambiente escolar e fora dele.

Durante nosso estudo, foi possível notar que o preconceito linguístico anda lado a lado com outros tipos de preconceito: o socioeconômico, o regional, e o

cultural. A língua é poder, e quem tem a fluência da norma culta, erroneamente, acha-se superior o suficiente para discriminar os que não têm.

No processo de estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica bem detalhada pelas obras que abordam o tema, notamos que apesar de ser comum, o preconceito linguístico é um assunto pouco abordado tanto por teóricos como pelos livros didáticos. Como consequência, dificilmente será abordado em sala de aula, pois um problema que não é identificado, jamais será resolvido.

Nós, professores da língua portuguesa, temos por obrigação libertar linguisticamente os indivíduos que não dominam a norma culta. Devemos trabalhar na vertente de adaptação linguística, auxiliando os alunos a identificarem qual situação se encontram para fazerem o melhor uso de sua língua, seja na norma padrão culta ou coloquial. Preconceito intimida, cala, exclui, e a exigência da norma culta em todos os momentos sociais discrimina e desvaloriza a história de cada indivíduo.

Logo, é necessário que a escola aborde o preconceito linguístico de forma mais realista, reflexiva e com autonomia, pois é ali que se forma o futuro do país. A nossa gramática tradicional não auxilia os professores a abordarem o tema, por isso é importante que professores e todo cidadão elevem o nível de sua autoestima linguística. Para isso, o professor de língua portuguesa, em suas aulas, deve apresentar aos alunos exemplos do cotidiano deles. Temos muitos casos que foram parar na mídia e que podem ser trabalhados em sala de aula, sendo o mais recente, por exemplo, aquele do médico que ridicularizou um paciente por dizer “pelemunia” no lugar de “pneumonia”.

Portanto, o preconceito linguístico é real. A língua que usamos de maneira não formal é nossa língua materna. A mídia, porém, contribui para que ela seja alvo do preconceito linguístico, ao produzir seriados e novelas em que os falantes de variação linguística estigmatizada, por exemplo, são sempre rotulados como pessoas sem caráter, preguiçosas e ignorantes. A rede de televisão brasileira deveria investir em programas que mostrem a riqueza da variação linguística do nosso país em preconceitos, pois o Brasil é rico em variedades e temos muito delas a aprender. Isso daria uma excelente aula para alunos do ensino médio.

Por fim, as famílias também precisam fazer a sua parte na educação dos filhos. Podem inclusive abordar em casa a respeito do assunto, incentivando os falantes de

variações não prestigiadas a não se calarem ao serem excluídos socialmente por usarem variantes da língua e incentivando aqueles que são falantes de variações prestigiadas a não se tornarem um agressor linguístico. É necessário estimular empatia e respeito ao próximo com palavras positivas, mas, principalmente, com o exemplo.

Precisamos, acima de tudo, reconhecer a diversidade linguística presente em nosso país. Assim como Gomes (2007, p. 65), podemos concluir que "uma vez não reconhecida a diversidade linguística no Brasil, as pessoas que falam uma variedade desprestigiada são frequentemente vítimas de discriminação". Porém, a fonte de mudança está em nós, professores e demais profissionais da educação, pois somente com uma educação libertadora poderemos mudar a realidade do preconceito linguístico encontrado em nosso país.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **Variantes diatópicas e diastráticas na língua portuguesa do Brasil**. João Pessoa-PB: Graphos, v. 12, n. 2 Dez/2010.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 56. Ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso – Por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BERALDO, Jairo. **Preconceito Linguístico**. Disponível em: [https://brasilecola.uol.com.br/portugues/preconceito-linguistico.htm#:~:text=O%20preconceito%20lingu%C3%ADstico%20%C3%A9%2C%20segundo,lingu%C3%ADsticas%20de%20menor%20prest%C3%ADgio%20social](https://brasilecola.uol.com.br/portugues/preconceito-linguistico.htm#:~:text=O%20preconceito%20lingu%C3%ADstico%20%C3%A9%2C%20segundo,lingu%C3%ADsticas%20de%20menor%20prest%C3%ADgio%20social.). Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CHÉROLET, Brenda. **Variações Linguísticas**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/variacoes-linguisticas>. Acesso em: 26 fev. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MARINHO, Janice Helena Chaves; VAL, Maria da Graça Costa. **Variação linguística e ensino: caderno do professor** (Coleção Alfabetização e Letramento). Belo Horizonte: Ceale, 2006.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

PEREZ, Luana Castro Alves. Norma culta x variações linguísticas. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/norma-culta-x-variacoes-linguisticas.htm>. Acesso em: 02 mar. 2021.

VALLE, Maria Lúcia Elias. **Não Erre Mais: língua portuguesa nas empresas**. Curitiba: Intersaberes, 2013.